



DIFERENCIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Yuri Lima Perotto⁴³

Resumo:

A mesorregião da Grande Florianópolis tem sua Formação socioespacial assentada na pequena produção mercantil passando pela ocupação vicentistas e de açorianos até a chegada de colonos alemães e italianos. Esses imigrantes não conseguiram gerar uma maior divisão territorial do trabalho e ficaram estagnados até que houvesse avanço na urbanização de Florianópolis, além de existir maiores infraestruturas de escoamento para comercialização. Com isso foi possível desenvolver na região pequenos agronegócios voltados para produção de hortifrutigranjeiros que pudessem abastecer a Capital com uma demanda de diversos alimentos. Através de um levantamento de dados do Censo Agropecuário, da pesquisa da Epagri sobre olericultura e relatórios da Ceasa/SJ foi possível observar diferenciações produtiva dos municípios que melhor se inserem nas vendas na região por dispor de melhores equipamentos além de combinações geográficas que os favorecessem. Por fim, o trabalho analisa as mudanças ocorridas na região e identifica municípios inseridos na comercialização de produtos de hortifrutigranjeiros para a capital e região metropolitana.

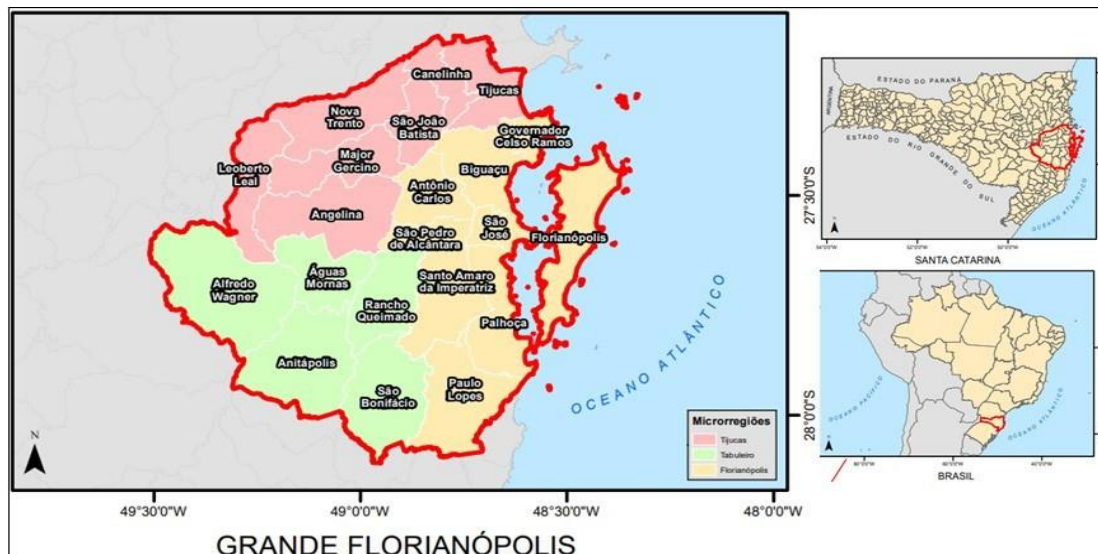
Palavras-chave: Produção agrícola; Grande Florianópolis; Diferenciação.

⁴³ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Geografia pela UFSC.

INTRODUÇÃO

A mesorregião da Grande Florianópolis abrange 21 municípios distribuídos em uma área de 7.156,6 km², estendendo-se do litoral central do estado até a Serra Geral, com uma população de mais de 1,2 milhão de habitantes (IBGE, 2022). Os municípios desta região estão organizados em três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro.

Figura 1. Mapa de localização da Grande Florianópolis



Fonte: Elaborado pelo autor.

A região passou pela ocupação vicentista durante os séculos XVII, açorianos em XVIII e de alemães e italianos no século XIX, onde foi assentada uma pequena produção mercantil (PEREIRA). A partir das alterações ocorridas no século XX, a região passou por decadência produtiva, estagnação e depois, com a urbanização de Florianópolis, alguns municípios conseguiram gerar pequenos agronegócios na produção de hortifrutigranjeiros. Dessa maneira, a região conseguiu passar de uma economia de subsistência baseada na pequena propriedade nos séculos XVIII e XIX, para uma produção com maior grau de tecnificação, principalmente em certos municípios que se diferenciam por obter maiores vantagens produtivas devido suas combinações geográficas e o uso das técnicas (Cholley, 1964). Portanto, os municípios da região conseguem retomar a produção para abastecer as demandas de hortifrutigranjeiros da capital, principalmente a partir da década de 1970.

Com a urbanização de Florianópolis e cidades vizinhas (São José, Palhoça e Biguaçu), no decorrer das décadas de 70, 80 e 90, houve uma demanda de consumo por variedades de alimentos, por conta do aumento populacional, e, com a construção das



rodovias BR-101 e BR-282, ampliou a circulação dos produtos agrícolas da região, além de avançar na utilização de equipamentos para produção no decorrer do século XX e XXI. Além do que foi exposto os produtores da região obtiveram ao longo do tempo apoio técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e um maior apoio logístico com a construção da Central de Abastecimento (Ceasa) em São José como centralizador da comercialização. Essas duas instituições alavancaram a produção de hortifrutigranjeiros na região, havendo, inclusive, maior especificidade na produção de cada município, além da possibilidade de incrementar a produção com uso de equipamentos provocando uma diferenciação produtiva entre eles. Dessa forma as cidades formadas da antiga colônia passaram a produzir para comercialização com aumento da capacidade de escoamento (infraestrutura e logística) e por conta da formação de um núcleo consumidor maior mais próximo.

O trabalho parte do materialismo histórico de Marx pela compreensão da realidade de determinado espaço e como ocorre seu modo de produção pela categoria de análise da totalidade para assim, compreender a realidade de determinado espaço através do que é concreto e, para Marx “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade” (Marx, 1983). Com base no materialismo, Kautsky percebia que deveria enquadrar os camponeses nas divisões da sociedade capitalista e dessa forma ele percebia que a agricultura deveria ser analisada a partir de suas transformações dentro do modo de produção capitalista, além de analisar como o capital se apodera do meio rural, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas (Kautsky, 1980). O trabalho parte da teoria da Formação Socioespacial proposta por Milton Santos (1977), de maneira que se analisa a evolução diferencial das sociedades onde a base da diferenciação é a produção, ou seja, como o trabalho do homem se faz para transformar o espaço onde determinado grupo se confronta (Santos, 1977). Além disso o trabalho parte das ideias de José Sidney Gonçalves pela forma de como analisar a produção agrícola em pequenas propriedades (chamado por ele de modelo californiano) e que esta deveria buscar a qualidade pela diferenciação de produtos, através de fatores como uso de técnicas e excelência da logística para obter vantagens competitivas (Gonçalves et al, 1996).

Para compreender a produção de uma região agropecuária, é fundamental analisar toda a cadeia produtiva. Segundo Araujo (2007), um agronegócio possui três



etapas principais: antes da porteira, que inclui insumos, máquinas e equipamentos; dentro da porteira, que envolve as atividades produtivas no campo; e depois da porteira, que engloba a comercialização e a entrega dos produtos. Utilizando dados do Censo Agropecuário (2017), foi possível analisar diversos fatores na região da Grande Florianópolis, como a quantidade de implementos agrícolas, o uso de tratores nas propriedades, sistemas de irrigação, correção e adubação do solo e o emprego de fertilizantes. Esses elementos mostram como as práticas agrícolas variam significativamente entre os municípios da região, influenciando diretamente a produtividade e eficiência da produção agropecuária. Além disso o trabalho partiu da dissertação do autor onde se analisou dados da Epagri sobre a olericultura da região e dados dos relatórios mensais da Ceasa/SJ com a origem dos produtos comercializados demonstrando assim as diferenciações na produção agrícola através do uso das técnicas, do contexto histórico e das questões logísticas da região.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DIFERENCIAÇÃO DOS COLONOS NA REGIÃO

O capitalismo mercantil em expansão na Europa Ocidental durante os séculos XVII e XVIII fez com que houvesse a apropriação de terras em outros territórios com o intuito de extrair riquezas para a acumulação de capital da Metrópole. No território que atualmente configura o estado de Santa Catarina, antes do povoamento português, existia o domínio dos povos originários indígenas Guarani, que posteriormente foram chamados de Carijos pelos portugueses. Essa ocupação dos indígenas já praticavam a agricultura como a produção de mandioca e seu processamento em farinha e o artesanato como produção de cerâmica, objetos para pesca e canoas, técnicas que posteriormente foram incorporados pelos europeus que passaram a residir na região (Campos; Correa; Nascimento, 2018). O território em questão passava por constantes disputas entre as Coroas portuguesas e espanholas e dessa maneira se percebeu a necessidade de povoar essa região para dominá-la, uma vez que, o litoral catarinense passou a ser estratégico para o expansionismo de Portugal, além dos limites do Tratado de Tordesilhas (Lago, 1968; Pereira, 2003). Assim os primeiros núcleos de povoamento feitos por vicentistas ocorreram em São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1673) – atual Florianópolis – e Laguna (1658), mas conforme Mamigonian (1966) e Campos (1991) essa primeira etapa de ocupação foi bastante limitada devido ao tamanho das terras que

seriam ocupadas e somente no século XVIII se teve maior ocupação com a vinda de pessoas da Ilha de Açores.

A conjuntura mundial desfavorável para Portugal e as disputas por território com a Espanha levaram a metrópole portuguesa perder seu capital comercial e lucratividade e dessa forma, perceberam que precisavam aproveitar melhor seus recursos internos e na colônia. Assim, foi enviado para o litoral catarinense, de maneira sucessiva, cerca de 6 mil açorianos entre 1748 e 1756, sendo considerado o maior planejamento estatal de Portugal para o Sul do Brasil (Cabral, 1950; Melo, 2002; Mamigonian, 1997). Assim, o litoral catarinense passa a ser do interesse econômico da metrópole que passou a fornecer incentivos na construção de fortificações entre os anos de 1739 e 1786 para proteger as economias das armações baleeiras (Cabral, 1972; Ushoa, 1992). Dessa maneira, os colonos açorianos tinham as funções de ocupar a Ilha de Santa Catarina e regiões do continente costeiro, além de produzir alimentos para os militares nas fortalezas de defesa, e por isso eram chamados de colonos-soldado, uma vez que, além de atender as necessidades de defesas, também ajudavam no abastecimento alimentar das tropas de gado (Correa, 1999; Perotto, 2001). A partir disso, nas diversas freguesias do interior da Ilha desenvolveram atividades agrícolas e mercantis que abasteciam Desterro, que era o “centro de povoação”, por ser o núcleo central de colonização.

Os açorianos passaram a criar uma economia baseada no modelo de subsistência em uma estrutura agrária na forma de pequena propriedade, onde destacava-se o cultivo de mandioca, com a produção de farinha como principal produto de exportação. A organização social do processo produtivo, tanto na área pesqueira ou na agricultura era de organização familiar, sendo que os produtos não se limitavam à produção de subsistência, pois quando produziam um valor de uso, buscavam também extrair um pequeno excedente destinado a troca entre famílias (Silva, 1992). O colono açoriano tinha a liberdade de praticar a policultura de subsistência e com o excedente fazer melhorias em sua propriedade, colocando o litoral catarinense, em alguns momentos, com destaque no fornecimento de gêneros alimentícios no período colonial (Bastos, 2000).

Mesmo existindo diversidade na produção e até mesmo gêneros exportáveis, a pequena produção mercantil açoriana não alcançou êxito para desenvolver em maiores relações de produção por diversos fatores: A economia baseada em subsistência não desenvolveu a ponto de criar um artesanato para expandir para uma produção



manufatureira de maior porte; além disso, mesmo com diferenciação produtiva entre os produtores, a acumulação era dividida entre os familiares o que impedia a transformação para que houvesse uma pequena burguesia capitalista; A própria pequena propriedade também impediu o desenvolvimento, uma vez que houve sucessão de terras e um esgotamento do solo, gerando desgaste e queda nos rendimentos (Bastos, 2000); Campos, 1991 e Hubener, 1979). Todos esses problemas resultaram no abandono da terra por diversos produtores que ou perderam totalmente sua propriedade e meios de produção ou passaram a buscar se assalariar em outras atividades em outras regiões do estado. Assim, já no último quartel do século XIX a cidade de Desterro já passava a assumir condição de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões, muito devido ao novo contexto que se aplicava na Ilha com a substituição dos comerciantes açorianos por comerciantes de origem alemã (destaque para Hoepcke, Wendhausen, Mayer, Born, Muller, etc) (BASTOS, 2000).

Após a independência do Brasil em 1822 e com o reconhecimento do interior catarinense pelos administradores da capitania, tornou-se necessário povoar essa região devido às disputas territoriais. Dessa forma, o novo colono deveria ser tanto soldado quanto agricultor, defendendo e cultivando a terra. Esses colonos foram encontrados na Europa Central (atual Alemanha), onde havia soldados desmobilizados das guerras napoleônicas, e na Itália, um país com muitos camponeses pobres, oprimidos e desempregados dispostos a migrar (Waibel, 1949). É importante destacar que os colonos que se estabeleceram em Santa Catarina passaram por diferentes momentos na Europa. Os primeiros a chegar, até a primeira metade do século XIX, nas chamadas "Colônias Antigas", próximas a Desterro, não vivenciaram o processo de industrialização da Alemanha como os que chegaram às colônias Dona Francisca (Joinville) e Blumenau (Vale do Itajaí) (Cruz, 2008). Assim, os imigrantes que se fixaram nas proximidades de Desterro estavam, desde o início e ao longo do século XIX, próximos às estradas utilizadas pelo tropeirismo, fornecendo apoio à segurança e à comercialização de diversos produtos com os tropeiros. Dessa maneira, diversas colônias foram formadas, como São Pedro de Alcântara (1829); Vargem Grande (1837); Santa Isabel (1847); Colônia Militar Santa Teresa (1854); Teresópolis (1859/60); Colônia Nacional de Angelina (1860); Vila de São Bonifácio (1863). As colônias passaram por diversas transformações durante o século XIX, ocorrendo migrações internas e produção de uma diversidade de produtos agrícolas, sendo que algumas se beneficiavam por estarem mais próximas ao mercado



consumidor (Desterro) e ao trajeto dos tropeiros com quem comercializavam e trocavam produtos. A Colônia de São Pedro de Alcântara, localizada nas margens do Rio Maruí, foi afetada diretamente com os cortes do orçamento imperial e pelas dificuldades impostas pelo relevo acidentado e dessa forma, houve muita evasão de seus habitantes para outras colônias. A Colônia Vargem Grande, fundada próximo ao rio Cubatão, foi uma que recebeu colonos provenientes da Colônia São Pedro de Alcântara e obteve uma expansão de sua área (atual município de Águas Mornas) devido a uma melhor qualidade do solo e topografia, fatores que beneficiaram um satisfatório desenvolvimento agrícola. A Colônia de Teresópolis também localizada próximo às margens do rio Cubatão e próximo a atual Florianópolis desenvolvia diversos tipos de atividade, contendo engenhos, olarias, moinhos, pequenas fábricas de charuto, cerveja, louça, cultivo de cereais, a criação de animais para carga e abate e produção de utensílios e ferramentas domésticas para o trabalho (Jochen, 2002). A presença germânica foi importante para o desenvolvimento de uma pequena produção mercantil mais arrojada, desenvolvida ao longo do século XIX, pois incrementou diversos arranjos culturais e técnicos aos processos que já se davam na região.

Os colonos que passaram a ocupar a região entre a Vila de Lages e Desterro enfrentaram inúmeras dificuldades para sua fixação. Entre essas dificuldades podem-se elencar as complicações em produzir na região devido ao relevo acidentado e pedregoso que inviabilizava o arado e outras técnicas mais modernas de plantio; Além disso, a baixa fertilidade do solo e poucos insumos para a adubação, repercutia num retardo das colheitas; A falta de estrutura para o escoamento da produção que pudessem agilizar o transporte de excedentes, uma vez que as estradas entre as colônias até Lages e Desterro (mercados consumidores próximos) ficaram precárias por quase todo século XIX (WERNER, 2004). Os recursos financeiros vindos do Império priorizavam regiões com melhores condições de progresso e com maior número populacional, e dessa forma pouco incentivos foram destinados para a região das colônias antigas (CRUZ, 2008).

Com o desenvolvimento urbano de Florianópolis e das cidades vizinhas (São José, Palhoça e Biguaçu) ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, houve uma centralização do consumo devido ao aumento populacional. A construção das rodovias BR-101 e BR-282 possibilitou a dinamização da circulação dos produtos da região ao longo do século XX. A partir disso, os municípios das antigas colônias passaram a



produzir mais para a comercialização, beneficiados pela maior capacidade de escoamento da produção, graças à melhoria da infraestrutura e logística, e pela proximidade de um centro consumidor. Além disso, os produtores da região receberam maior apoio técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e maior suporte logístico com a construção da Central de Abastecimento (Ceasa) em São José. Essas duas instituições, juntamente com o aumento do uso de tecnologias e equipamentos na produção agrícola, impulsionaram a produção de hortifrutigranjeiros na região, resultando em uma maior especificidade na produção de cada município. Dessa forma, foram estabelecidas as condições necessárias e suficientes para a formação e organização das áreas de produção agropecuária ao redor da capital catarinense.

DIFERENCIAÇÃO PRODUTIVA DA MESORREGIÃO: PRODUÇÃO AGRÍCOLA E USO DE TÉCNICAS

A pequena produção mercantil na mesorregião da Grande Florianópolis teve seus períodos de crescimento e declínio, culminando na formação de pequenos agronegócios especializados que atendem às demandas de hortifrutigranjeiros da capital e cidades vizinhas. Após a década de 1970, a estrutura agrária e urbana da Grande Florianópolis passou por mudanças significativas, com algumas cidades se especializando na produção de hortifruti. A introdução de novas técnicas e equipamentos resultou em processos e produtos inovadores. Dessa maneira, a incorporação do progresso técnico permitiu que certos municípios aumentassem sua capacidade produtiva e se destacassem na comercialização e abastecimento de alimentos específicos. Os dados apresentados são resultado da dissertação de mestrado e tem como fonte principal o Censo Agropecuário e pesquisas da Epagri sobre a olericultura da região.

Conforme dados da Epagri (2020), a olericultura gera R\$ 610 milhões por ano a cada safra na Grande Florianópolis. O município de Angelina contribui com 31,18% desse total, seguido por Antônio Carlos com 19,14%, Águas Mornas com 15,91% e Rancho Queimado com 8,33%. Ainda segundo a Epagri (2020), 92,2% dos olericultores utilizam o cultivo convencional, enquanto 4,6% adotam o Sistema de Produção Direta de Hortaliças (SPDH) e 2,51% optam pelo cultivo orgânico. O tomate é a hortaliça mais vendida na região, representando 17,45% das vendas totais, seguido pelos brócolis com 12,92%, milho verde com 8,71%, morango com 8,08% e alface com 8,03%.



De acordo com o censo agropecuário de 2017, a Grande Florianópolis tem 10.088 unidades agropecuárias, das quais 5.197 possuem tratores, ou seja, mais da metade das unidades de produção. O censo indica que a disponibilidade de tratores está dividida entre unidades de lavoura temporária, produção de horticultura, pecuária e outros animais. Na microrregião de Florianópolis, há 894 tratores distribuídos em 2.528 unidades de produção, com a horticultura sendo a atividade que mais possui tratores. O município de Antônio Carlos se destaca nessa categoria, com 247 tratores em 291 unidades de horticultura. Somando Antônio Carlos, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, há 471 unidades de horticultura das 560 da microrregião e 398 tratores dos 443 totais para horticultura na região. A microrregião do Tabuleiro, com cinco municípios, tem o maior número de unidades agropecuárias, totalizando 3.848, e possui 2.321 tratores. Nessa microrregião, a utilização de tratores varia conforme a unidade de produção: Águas Mornas e Rancho Queimado têm mais tratores na horticultura, Alfredo Wagner em lavouras temporárias, e Anitápolis e São Bonifácio em unidades de pecuária e criação de outros animais. A microrregião de Tijucas possui 3.712 unidades agropecuárias e 1.982 tratores disponíveis, com Angelina se destacando, tendo 301 unidades de horticultura e 245 tratores. Hortaliças como repolho, brócolis, couve-flor, além de cebola e tomate, são os principais produtos cultivados no município.

A região hidrográfica do Litoral Central, onde se localiza a maior parte dos municípios da Grande Florianópolis, abrange uma área de 5.269 km² e inclui quatro bacias hidrográficas que deságuam no oceano (Gephi, 2018). Segundo o censo agropecuário de 2017, na Grande Florianópolis,

2.440 unidades utilizam algum método de irrigação entre os 10.088 estabelecimentos existentes. A região possui 3.421 unidades de produção de lavoura temporária, das quais apenas 917 usam algum método de irrigação. Na produção de horticultura, das 1.643 unidades existentes, 1.215 utilizam irrigação, sendo a horticultura a atividade agropecuária que mais utiliza água irrigada. Isso destaca a importância da irrigação por aspersão (convencional), especialmente para produtos da horticultura e lavoura temporária, como hortaliças folhosas, tomate, cebola, tubérculos e raízes. A distribuição da irrigação é a seguinte: na microrregião de Tijucas, 192 unidades utilizam irrigação em lavoura temporária e 102 em horticultura; na microrregião de Florianópolis, 33 unidades usam irrigação em lavoura temporária e 255 em horticultura; e na

microrregião do Tabuleiro, 509 unidades utilizam irrigação em lavoura temporária e 416 em horticultura.

A calagem, que consiste na aplicação de calcário para aumentar o pH do solo, é a técnica de correção de solo mais comum e utilizada. Esse processo é realizado antes da safra ou produção. Aproximadamente 60% dos solos em Santa Catarina têm baixa fertilidade natural, necessitando de calagem e adubação (Santa Catarina, 2016). Na região da Grande Florianópolis, predomina o cambissolo, que apresenta alta acidez, conforme a Embrapa (2021). Segundo o censo agropecuário de 2017, apenas 3.030 das 10.088 unidades fazem correção do solo. De acordo com Perotto (2022), as produções que mais utilizam calagem são as de horticultura e lavoura temporária, que somam 5.064 unidades. Além da calagem, a adubação é outro processo técnico crucial para o preparo do solo, pois aumenta a produtividade e rentabilidade. Na Grande Florianópolis, 7.160 unidades utilizam adubação, segundo o censo agropecuário de 2017, indicando que essa técnica é amplamente empregada na produção de hortifrutigranjeiros. Em geral, a maioria das unidades agropecuárias da região usa adubação orgânica junto com fertilizantes industrializados, seguida pelo uso exclusivo de adubação química e, por último, apenas adubação orgânica. Na tabela abaixo é possível analisar a diferença no uso de adubação de alguns municípios da região da Grande Florianópolis.

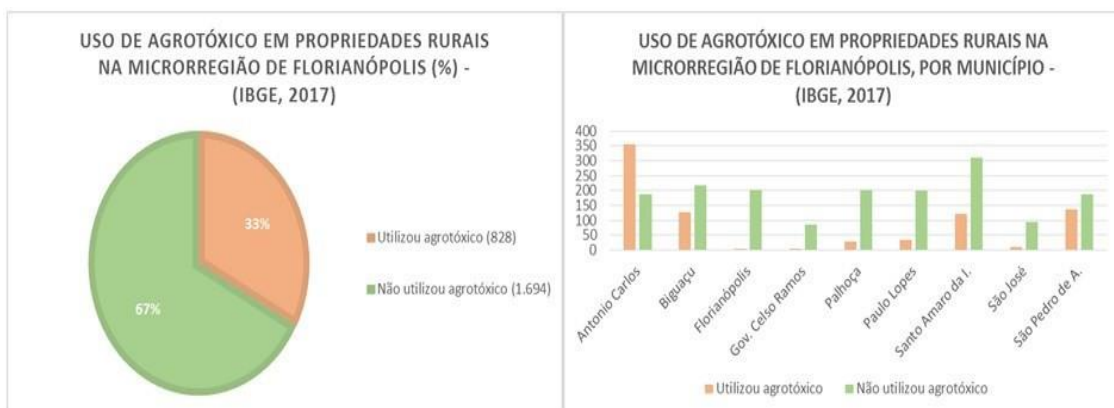
Tabela 1. Utilização de adubação nos municípios da Grande Florianópolis.

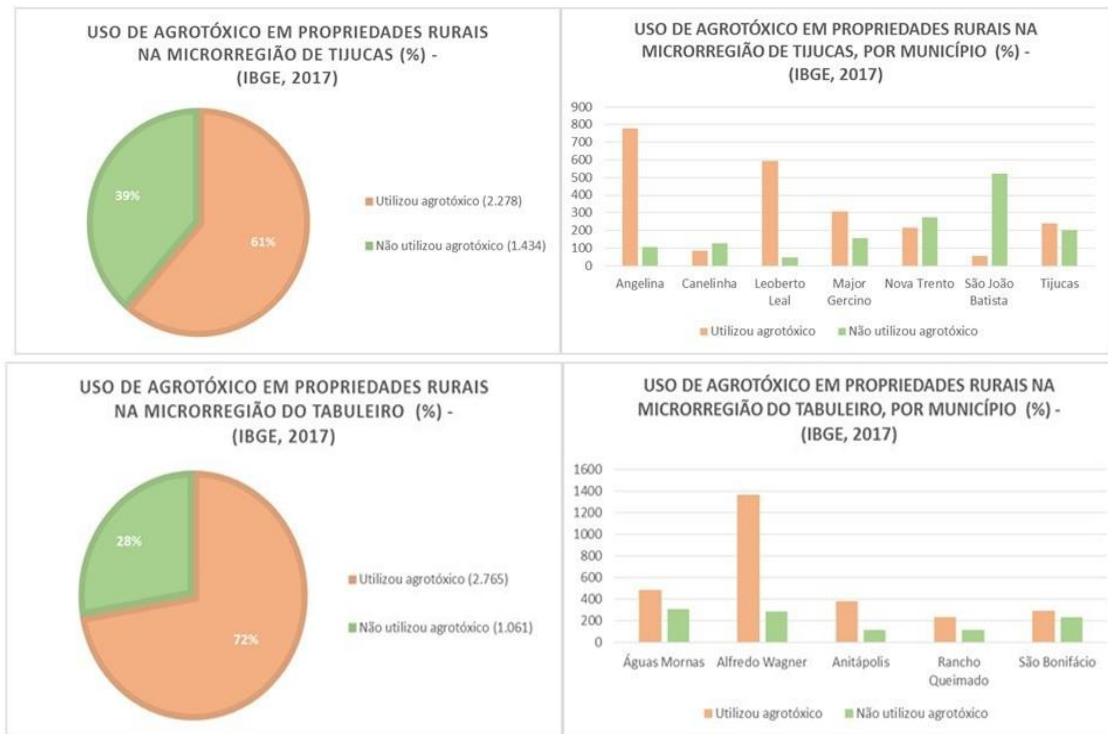
	unidades	Fez adubação	Adubação química	Adubação orgânica	Adubação química e orgânica	Não fez adubação
Microrregião Florianópolis	2.528	1.420	282	441	697	1.102
Antônio Carlos	545	464	75	61	328	81
Biguaçu	346	218	56	66	96	128
Palhoça	234	83	40	26	17	149
Santo Amaro da Imperatriz	435	189	38	58	93	245
São Pedro de Alcântara	323	235	42	84	109	88
Microrregião de Tijucas	3.712	2.631	988	179	1.464	1.081
Angelina	884	802	293	30	479	82
Leoberto Leal	639	605	213	36	356	34
Major Gercino	495	322	163	21	138	143
Nova Trento	491	406	254	22	130	85
São João Batista	578	227	20	16	191	351
Microrregião do Tabuleiro	3.848	3.109	1.139	295	1.675	717
Águas Mornas	809	545	137	111	297	246

Alfredo Wagner	1.656	1.467	524	82	861	187
Anitápolis	500	412	322	19	71	88
Rancho Queimado	353	302	48	24	230	50
São Bonifácio	530	383	108	59	216	146

Fonte: Censo Agropecuário. Elaborado pelo Autor.

O cultivo de hortaliças é fortemente influenciado pelas condições climáticas em todas as fases de produção, resultando em variações de preço. Esses alimentos são cultivados de forma intensiva, sem sazonalidade, e estão constantemente expostos a pragas, insetos, fungos, ácaros e vírus ao longo do ano. De acordo com o Censo Agropecuário, 58% das unidades na mesorregião utilizam agrotóxicos, enquanto 42% não utilizam. Perotto (2022) observou que os municípios que mais fornecem alimentos para a capital também são os que mais utilizam fertilizantes em suas unidades de produção. Na microrregião de Florianópolis, Antônio Carlos, um importante produtor de hortaliças folhosas, tem mais unidades que usam agrotóxicos do que as que não usam. Outros municípios da microrregião, como São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu, embora tenham mais unidades que não utilizam agrotóxicos, ainda possuem um número considerável de unidades que fazem uso desses produtos. Na microrregião do Tabuleiro, todos os cinco municípios, grandes fornecedores de alimentos, têm mais unidades agropecuárias que utilizam fertilizantes. Finalmente, na microrregião de Tijucas, o município de Angelina possui cerca de sete vezes mais unidades que utilizam agrotóxicos em comparação com as que não utilizam. Ao observar os gráficos abaixo se tem uma noção sobre a utilização de fertilizantes nos municípios.



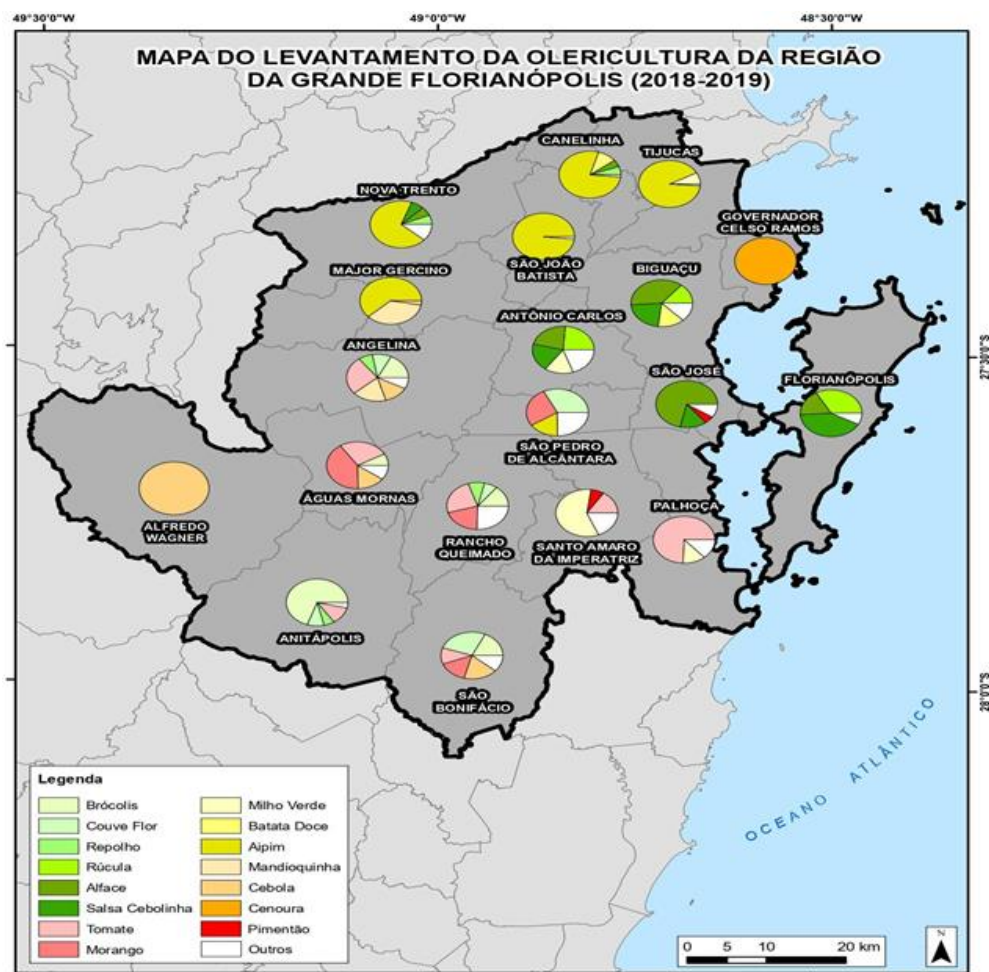


Nos municípios que mais comercializam produtos hortifrutigranjeiros, o número de unidades que utilizam agrotóxicos é maior do que o das que não utilizam. Na microrregião de Tijucas, o município de Angelina tinha 777 unidades que usavam agrotóxicos e apenas 107 que não usavam, enquanto Leoberto Leal possuía 593 unidades com agrotóxicos e apenas 46 sem. Na microrregião do Tabuleiro, todos os municípios apresentaram mais unidades utilizando agrotóxicos, com destaque para Alfredo Wagner, com 1.366 unidades usando agrotóxicos e 288 que não usavam, e Águas Mornas, um importante município na comercialização de uma grande variedade de produtos, com 486 unidades usando agrotóxicos e 305 sem. A microrregião de Florianópolis é a que menos utiliza agrotóxicos nas unidades produtoras. No entanto, Antônio Carlos, o maior fornecedor de hortaliças folhosas da região, tinha 357 unidades utilizando agrotóxicos em comparação com 188 que não usavam. Entre os principais municípios que produzem hortifrutigranjeiros, Santo Amaro da Imperatriz é o único que possui mais unidades sem uso de agrotóxicos do que com, sendo 311 que não utilizam e 123 que utilizam.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (Epagri), desde sua fundação, tem desempenhado um papel crucial na pesquisa agropecuária e extensão rural no estado de Santa Catarina. Schumpeter (1982) argumenta que a inovação dentro das organizações produtivas é o que impulsiona a concorrência no sistema capitalista. Mazzucato (2014), inspirada nas ideias de Schumpeter, destaca a

importância dos investimentos governamentais em áreas específicas para aumentar a capacidade de inovação, sugerindo que esse incentivo pode vir através de P&D, infraestrutura, capacitação profissional, entre outros. Seguindo esses princípios, a Epagri (2021) demonstra a relevância dos investimentos realizados, mostrando um retorno de R\$ 6,92 para cada real investido, além de gerar R\$ 2,64 bilhões em retorno de suas ações e tecnologias em 2020. Segundo a Epagri, a análise da olericultura na região da Grande Florianópolis durante 2018/2019 permitiu identificar as culturas agrícolas produzidas na área. Devido à dificuldade de dimensionar esses cultivos, dados o curto ciclo de produção e comercialização, o estudo possibilitou identificar quais produtos eram mais cultivados em cada município e quais obtiveram os maiores valores de venda. Conforme a figura abaixo, pode-se observar os produtos que são mais produzidos em cada município e dessa maneira, ter uma visão especializada da produção agrícola da região da Grande Florianópolis

Figura 2. Principais produtos agrícolas dos municípios da Grande Florianópolis.



Fonte: Mapa elaborado por Guilherme Regis e pelo Autor (2020)

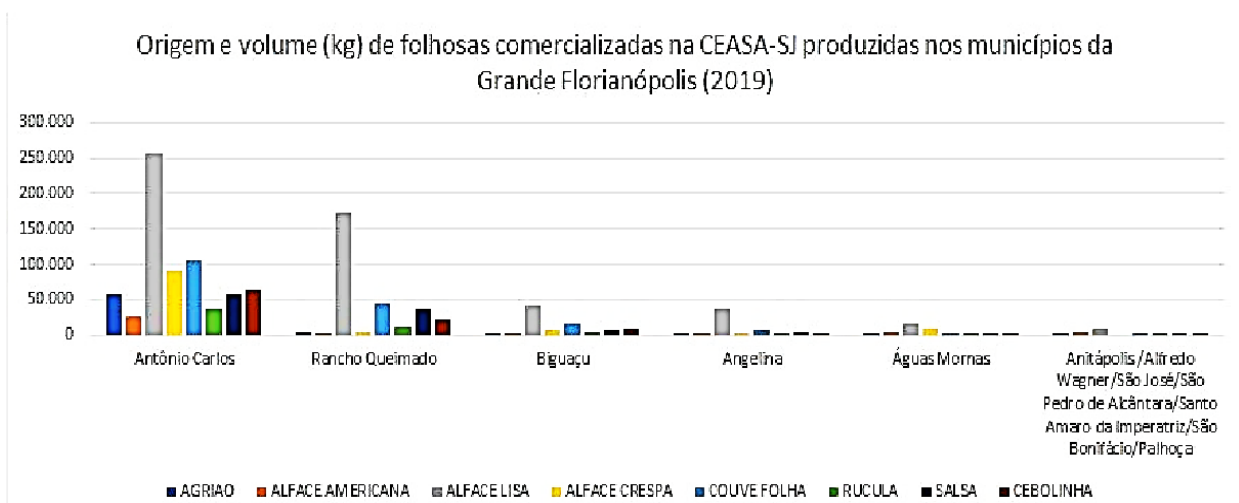


De acordo com Espíndola (2020), a Grande Florianópolis passou por transformações significativas em sua estrutura, forma e função, especialmente após 2003, promovendo novas características produtivas territoriais como concentração de produção, especialização e diferenciação social. A região é marcada por um sistema produtivo dominado por pequenas unidades de produção rural familiar, com uma economia fortemente dependente da agricultura. Recentemente, o ecoturismo e o agroturismo têm diversificado as atividades de alguns moradores, devido à proximidade com a capital do estado. Essa proximidade também levou alguns agricultores a adotarem sistemas produtivos que oferecem produtos de maior qualidade e produtividade, resultando em uma especialização da produção na região. Dada a importância do setor para a região, é crucial que as relações comerciais de oferta e demanda sejam constantemente acompanhadas e monitoradas pelos órgãos e instituições competentes, a fim de apoiar e fortalecer cada vez mais este setor produtivo.

Até o final da década de 1960, o setor de comercialização de hortifrutigranjeiros no Brasil era desorganizado e marginalizado, sofrendo com a falta de logística e apoio, o que levou à necessidade de reestruturação com a urbanização do país. Santos e Silveira (2001) destacam que a modernização da agricultura e o aumento da produtividade exigiram a expansão dos circuitos de distribuição e consumo, resultando na criação das Centrais de Abastecimento (Ceasas), que reorganizaram a circulação de hortifrutigranjeiros, beneficiando consumidores, produtores e o Estado ao reduzir o tempo de distribuição, garantir locais de venda, aumentar a proximidade com o mercado e melhorar os serviços técnicos e logísticos. A Ceasa em São José é um elo fundamental do agronegócio de hortifrutigranjeiros na região, com uma área de 112 mil m², nove pavilhões de comercialização, mais de 500 produtores ativos, 4 mil veículos circulando diariamente, gerando cerca de 2 mil empregos diretos e comercializando 1,5 toneladas de alimentos por dia para restaurantes, hotéis, feiras e residências da capital e região metropolitana. Segundo dados da Ceasa de São José (2020), os municípios da mesorregião da Grande Florianópolis foram os maiores fornecedores de alimentos em 2019. Os que mais se destacaram em volume de comercialização foram Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas, Antônio Carlos, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Biguaçu e Anitápolis.

De acordo com dados dos relatórios mensais da Ceasa, Perotto (2022) analisou os municípios da região que mais fornecem determinados alimentos, destacando sua importância na produção e comercialização. A venda de aipim na Grande Florianópolis para a Ceasa é dominada por Biguaçu e Antônio Carlos, com participações de 52% e 33%, respectivamente. A beterraba é principalmente comercializada por Águas Mornas (46%) e Antônio Carlos (30%). Em 2019, os principais fornecedores de cebolas para a Ceasa na região foram Alfredo Wagner (47%), Angelina (21%) e Rancho Queimado (14%). Brócolis, couve-flor e repolho, que duram mais que as folhas e se adaptam melhor a climas frios, são principalmente produzidos e comercializados na Ceasa pelos municípios de Angelina, Águas Mornas e Anitápolis. Em 2019, a região da Grande Florianópolis enviou mais de 13 milhões de quilos de tomate longa vida para a Ceasa-SJ, sendo o produto mais enviado em volume. Santo Amaro da Imperatriz liderou com mais de 5 milhões de quilos (37,59%), seguido por Angelina com mais de 2,8 milhões de quilos (20,57%), Águas Mornas com 2,3 milhões de quilos (17,41%) e Rancho Queimado com 1,3 milhões de quilos (9,66%). Os produtores de Antônio Carlos destacam-se na comercialização de hortaliças folhosas, superando outros municípios da região em quantidade, conforme a pesquisa de Perotto (2022). Essas hortaliças são importantes socioeconomicamente, pois geram emprego e renda em toda a cadeia produtiva. Na tabela a seguir é possível observar o quanto Antônio Carlos se sobressai na produção de folhosas.

Gráfico 1. Origem e volume de hortaliças folhosas da Grande Florianópolis.



Fonte: 1. Relatórios mensais Ceasa/SJ. Elaborado pelo Autor (2020).



Observa-se que a Ceasa tem uma grande relevância para os produtores catarinenses, pois centraliza a comercialização em uma única infraestrutura. Segundo dados da própria Ceasa, entre 2015 e 2019, os produtos originados no estado representaram 40% do total comercializado, superando 50% em alguns meses. A criação da Ceasa a tornou uma das instituições mais importantes para os pequenos agronegócios no pós-porteira, sendo o principal local de comercialização dos produtos da Grande Florianópolis e um ponto central para produtos de outras regiões de Santa Catarina e do Brasil. Por oferecer um espaço para a distribuição de hortaliças e frutas da região, a Ceasa pode desempenhar um papel ainda mais significativo como organizadora de grupos de comercialização, assegurando uma maior contribuição de produtos da Grande Florianópolis para o abastecimento do mercado consumidor de Florianópolis e sua região metropolitana.

CONCLUSÃO

A ocupação do litoral catarinense com o povoamento açoriano ocorreu primeiramente com a intenção de proteger o território das diversas incursões estrangeiras e com o tempo a produção de farinha de mandioca ganha certo destaque na região e passa a ser o principal produto para a sobrevivência desse povoado. Dessa forma, a capitania de Santa Catarina passou a ser ponto estratégico de apoio ao comércio da Coroa portuguesa no século XVIII. Como relatado, essa ocupação ocorreu principalmente na parte mais ao litoral e com o tempo a capitania de Santa Catarina percebeu a necessidade de conhecer o seu interior, ampliar suas posses e domínios territoriais e viabilizar uma maneira de alargar suas fronteiras. A decadência da produção agrícola na Ilha, como mencionado, provocou a importação de frutas, legumes e verduras dos vales atlânticos que estavam sendo povoados pela imigração alemã e italiana.

A partir da urbanização de Florianópolis e cidades adjacentes, criou-se um mercado consumidor com necessidades de abastecimento alimentar. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, além da pesquisa sobre a olericultura da Região da Grande Florianópolis pela Epagri foi possível observar que os municípios que mais utilizaram equipamentos e mais possuíam infraestrutura obtiveram melhor resultado de venda da produção de hortaliças na região. Por fim, a análise dos dados sobre a origem da comercialização dos produtos nas Centrais de Abastecimento de São José confirma a



importância da região para o abastecimento alimentar de Florianópolis e destaca a diversidade da produção agrícola local e a diferenciação da produção entre os municípios da região.

Identificou-se um fator locacional crucial na produção dos municípios em relação ao centro consumidor, além da utilização de insumos que auxiliam a produção de determinados municípios. Antônio Carlos, pela proximidade com o mercado consumidor da microrregião de Florianópolis e pelo grande uso de equipamentos técnicos, tornou-se o principal produtor de hortaliças folhosas na região. Hortaliças mais duráveis, como brócolis, couve-flor e repolho, são cultivadas em municípios mais distantes da capital, beneficiando-se das condições geográficas como nos casos de Angelina, Anitápolis e Águas Mornas. A produção do tomate é um destaque na região, presente em diversos municípios, com alto valor de venda e sendo o produto mais comercializado em volumes na Ceasa regional com Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas e Rancho Queimado se destacando nessa produção. Já o município de Alfredo Wagner se destaca na produção de cebola, sendo o líder na comercialização dessa hortaliça na Ceasa e tendo visibilidade nacional. Todos os municípios elencados aqui possuem, conforme verificado, utilização de tratores, uso de adubação e fertilizantes em grande parte de suas unidades agropecuárias, o que promoveu uma diferenciação produtiva e maior rentabilidade com o setor primário, principalmente na produção de hortifrutigranjeiros.



Referencias

- ARAÚJO, Massilon J, **Fundamentos de Agronegócio**. 2 ed. São Paulo. 2007.
- BASTOS, J. M. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na ilha de Santa Catarina**. In. Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis. Ed Obra Jurídica Ltda. 2000.
- CABRAL, Oswaldo R. **Os Açorianos**. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense, Florianópolis: Imprensa Oficial, v. II. 1950.
- CABRAL, Oswaldo R. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- CAMPOS, N. J de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**/ Nazareno José de Campos – Florianópolis: FCC Ed./Ed. Da UFSC, 1991.
- CAMPOS, N. J. ; CORREA, M. K. ; NASCIMENTO, L. P. **Povoamento Vicentista e AçorianoMadeirense**. In Isa de Oliveira Rocha. (Org). Atlas Geográfico de Santa Catarina. 1ªed. Florianópolis: Editora UDESC, 2018, v. 3, p. 50-69.
- CEASA. Central de Abastecimento. **A procedência de hortifruti em 2019 na Ceasa-SC**. Disponível em: Notícias Ceasa. Acesso em 03/02/2024.
- CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. In: Boletim Geográfico ano XXII, n 179 mar/abr CNG/IBGE, 1964.
- CORREA, W. K. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina**. GeoSul. Florianópolis, v 14, n 27. 1999.
- CRUZ, K. M. da. **A Contribuição de Alemães e Descendentes para a Formação Sócio-Espacial Catarinense: O Caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis, UFSC, 2008.
- EPAGRI. **Balanco Social 2020**. Florianópolis, 2020. 32p. (Epagri. Documentos, 335)
- EPAGRI. Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Projeto Estudo e Levantamento de Dados sobre a Fruticultura Catarinense (UGT-7) 2016/17 e 2017/18**. Disponível em: . Acesso em 04/04/2024.
- Espíndola, C. J. **A produção agropecuária da formação sócioespacial da grande Florianópolis pós-2003**. revista americana de empreendedorismo e inovação american journal of entrepreneurship and innovation. v. 2, n. 1, mar/2020
- GONÇALVES, J. S. et al. **Competitividade e complementaridade dos complexos de frutas e hortaliças dos países do cone sul: discussão sob a ótica da inserção brasileira**. São Paulo. 1996.
- JOCHEN, Toni Vidal. **A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da igreja católica (1860-1910)**. Palhoça: Edição do Autor, 2002.
- LAGO, Paulo F. **Santa Catarina: A terra e o homem e a economia**. Santa Catarina, 1968.
- MAMIGONIAM, A. **Vida regional em Santa Catarina**. Orientação. n. 2. São Paulo: IG-USP, set. 1966.
- MAMIGONIAM, Armem. **As Conquistas Marítimas Portuguesas e a Incorporação do Litoral de Santa Catarina**. In: Seminário “O Mundo que o Português Criou”, 1997, Revista Eletrônica, Fundaj.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.



- MELO, O. F. **O Componente Açoriano**. In: PEREIRA, Nereu do Vale (et. al.). A Ilha de Santa Catarina: Espaço, Tempo e Gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.C
- PEREIRA, R.F. do Amaral. **Formação sócio-espaial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes**. Geosul, v.18, n.35, 2003.
- PEROTTO, Celso. Ecologia Cultural. **Um estudo ecoetnocultural em comunidades tradicionais (médio litoral catarinense)**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade do Estado de Santa Catarina. 2001.
- PEROTTO, Yuri Lima. **A produção de hortifrutigranjeiros na Região da Grande Florianópolis**.
Dissertação de Mestrado. UFSC, CFH, PPGGEO, 2022 190p.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: **A Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo. Abril Cultural. 1982
- SILVA. Célia Maria e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira** / Célia Maria e Silva. – Florianópolis. 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia, Florianópolis, 1990.
- UCHÔA, C. E. **Fortalezas Catarinenses: a estória contada pelo povo**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1992.
- WAIBEL, Leo. **Princípios de colonização europeia no Sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, v.11, n.2, 1949.
- WERNER, Antônio Carlos. **Caminhos da integração catarinense. Do caminho das Tropas à rodovia 282: Florianópolis – Lages** / Antonio Carlos Werner; organizado por Toni Vidal Jochem. – Florianópolis : Ed. Do Autor, 2004.